

Análise da Formação Profissional de Enfermeiros da Atenção Primária do Distrito Federal

Giselle de Andrade SOUZA.
Faculdade Laboro, MA.

RESUMO

A enfermagem passou por constantes transformações ao longo dos anos, influenciando especialmente nas suas práticas dentro da Atenção Primária à Saúde. Práticas essas que necessitam de um aperfeiçoamento constante. Deste modo, este artigo propõe analisar a formação dos profissionais de enfermagem que atuam na Atenção Primária à Saúde do Distrito Federal.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema Único da Saúde; Atenção Primária à Saúde; Enfermagem; Prática de Enfermagem.

As competências e habilidades requeridas aos enfermeiros e enfermeiras, para o exercício de sua atuação, advém do processo de formação profissional graduada, que têm respaldo nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Enfermagem (DCN/ENF). De acordo com a Resolução N° 574/2018, que institui as atuais DCN/ENF, a formação profissional é uma construção da relação solidária entre Educação e Trabalho e está intrinsecamente relacionada à atuação profissional; e deve desenvolver capacidades profissionais que mobilizem conhecimentos, saberes, habilidades e atitudes e resultem em aptidão para atuação profissional em sistema de produção de serviços de saúde (BRASIL, 2018).

A APS, é considerada como um espaço privilegiado de formação para os profissionais de saúde, caracterizada como o primeiro nível de atenção em saúde, acolhendo os usuários e famílias, buscando estabelecer vínculos e responsabilização por meio da atenção individual e coletiva (PEIXOTO, *et al.*, 2019).

No Brasil, o processo de formação dos enfermeiros e enfermeiras, contemplam competências direcionadas à promoção da saúde, prevenção de doenças, atividades de gerenciamento e técnicas de Enfermagem, contudo, ações como solicitação de exames e prescrição de medicamentos protocolados ainda são pouco exploradas e se fazem necessárias no cotidiano da APS (MAGNAGO; PIERANTONI, 2020).

Aluno da turma de Produção e Inovação Científica /, e-mail: giselleandradee93@gmail.com

Orientadora do trabalho. Professora da Faculdade Laboro. Mestra em Comunicação. e-mail: professorabruna.almeida@gmail.com

Segundo a PNAB, no capítulo I das disposições gerais da Atenção Básica à Saúde, no item 4.2.1 discorre sobre as competências do enfermeiro dentro da APS tendo finalidade de garantir assistência integral na promoção, proteção e prevenção da saúde, dentre elas: realizar atenção à saúde aos indivíduos e famílias vinculadas às equipes e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários, em todos os ciclos de vida; consulta de enfermagem, procedimentos, solicitar exames complementares, prescrever medicações conforme protocolos, diretrizes clínicas e terapêuticas; supervisionar acolhimento com escuta qualificada e classificação de risco, de acordo com protocolos estabelecidos; realizar estratificação de risco e elaborar plano de cuidados para as pessoas que possuem condições crônicas no território, junto aos demais membros da equipe; desenvolver atividades em grupo e encaminhar, quando necessário, usuários a outros serviços, conforme fluxo estabelecido pela rede local; planejar, gerenciar e avaliar as ações desenvolvidas pelos técnicos/auxiliares de enfermagem, Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate à Endemias (ACE), em conjunto com os outros membros da equipe; supervisionar as ações do técnico/auxiliar de enfermagem e ACS; implementar e manter atualizados rotinas, protocolos e fluxos relacionados a sua área de competência na UBS; e exercer outras atribuições conforme legislação profissional, e que sejam de responsabilidade na sua área de atuação, (BRASIL, 2017).

Alvarenga, *et al.*, (2021), afirmam que garantir a qualidade e resolutividade dos cuidados prestados ao indivíduo família e comunidade, na perspectiva da promoção da saúde e prevenção de agravos, na busca de cuidado integral, pressupõe mudanças nos processos de formação com inovação de abordagens pedagógicas para a construção de perfis profissionais com competências, requeridas ao processo de trabalho e do cuidado em saúde.

Sugere-se realizar estudos que esclareçam quais são os princípios e estratégias de ensino-aprendizagem que orientam as capacitações realizadas, na perspectiva de contribuir para a implementação curricular dos enfermeiros.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, *et al.* **Formação de Profissionais de Saúde com ênfase na Atenção Primária à Saúde (APS) em diferentes países: semelhanças e diferenças.** Tempus, Actas de Saúde Colet., v.12, n.2, p.39-62, EPub Agosto. Brasília, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html Acesso em 16 abr. 2022

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução nº 573, de 31 de janeiro de 2018. Aprova o Parecer Técnico nº 28/2018 contendo recomendações do Conselho Nacional de Saúde (CNS) à proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso de graduação Bacharelado em Enfermagem [internet]. 2018. Disponível em: [resolucao_573_31jan2018_CNS.pdf](https://www.cns.gov.br/legislacao/resolucao_573_31jan2018_CNS.pdf) abennacional.org.br. Acesso em 16 abr. 2022.

MAGNAGO, C.; PIERANTONI, C. R. A formação de enfermeiros e sua aproximação com os pressupostos das Diretrizes Curriculares Nacionais e da Atenção Básica. Cienc e Saude Coletiva, v. 25, n.1, p. 15–24, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/QV8MBZ3YqvMrPLXy9gNCV9w/?lang=en>. Acesso em 17 abr. 2022

PEIXOTO, M. T.; *et al.* Formação médica na Atenção Primária à Saúde: experiência com múltiplas abordagens nas práticas de integração ensino, serviço e comunidade. Interface, Botucatu. v. 23, (Supl. 1), p. 1-14, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/icse/v23s1/pt_1807-5762-icse-23-s1-e170794.pdf. Acesso em 17 abr. 2022.

PNAB - Política Nacional de Atenção Básica. 1 ed. Brasília: Ms, 2017. 549 p. Disponível em: https://more.ufsc.br/norma/inserir_norma. Acesso em: 18 abr. 2022.